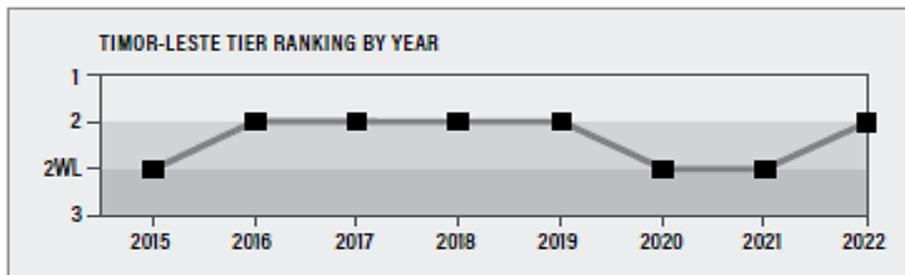


RELATÓRIO DE TRÁFICO DE PESSOAS JULHO DE 2022

Departamento de Estado dos Estados Unidos

TIMOR-LESTE: GRAU 2

O Governo de Timor-Leste não cumpre plenamente os padrões mínimos para a eliminação do tráfico, mas está a fazer esforços significativos para o fazer. O governo demonstrou esforços gerais crescentes em comparação com o período do relatório anterior, considerando o impacto da pandemia de COVID-19 em sua capacidade de combate ao tráfico; portanto, Timor-Leste foi elevado ao Grau 2. O governo investigou, processou e condenou traficantes, incluindo as duas primeiras condenações desde 2018. O governo também estabeleceu uma comissão nacional de luta contra o tráfico, finalizou um Plano de Ação Nacional de luta contra o tráfico (PAN) para 2022, assinou um acordo de cooperação e atribuiu financiamento a uma organização internacional para dar formação às autoridades policiais em medidas de identificação de vítimas e dedicou um orçamento para esforços gerais de combate ao tráfico. No entanto, o governo não cumpriu as normas mínimas em várias áreas-chave. A falta de conhecimentos e de compreensão dos crimes de tráfico entre alguns agentes governamentais relevantes continuava a ser um impedimento para o governo de combater eficazmente o tráfico. O governo não finalizou nem aprovou os Procedimentos Operacionais Padrão (SOPs) para identificação de vítimas pelo sétimo ano consecutivo — uma necessidade crítica, uma vez que a compreensão oficial do tráfico permaneceu baixa. As autoridades não rastream proativamente o tráfico nem identificaram as vítimas entre as populações vulneráveis; como resultado, continuaram a correr o risco de penalizar potenciais vítimas de tráfico por crimes que os traficantes as obrigaram a cometer. Os serviços de proteção das vítimas continuaram a extrair de serviços estabelecidos para vítimas de violência de género (VBG); os serviços de proteção adaptados às necessidades das vítimas de todas as formas de tráfico permaneceram inadequados.



RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS:

Aumentar as investigações de crimes de tráfico, iniciar proativamente ações penais e condenar e punir os traficantes, incluindo os agentes governamentais cúmplices, de acordo com as leis contra o tráfico.

- Identificar proativamente as vítimas de tráfico entre populações vulneráveis, incluindo indivíduos em sexo comercial, trabalhadores domésticos e trabalhadores migrantes em embarcações de pesca.
- Finalizar, implementar, e dar formação a todos agentes governamentais relevantes em procedimentos formais de identificação de vítimas e empregar procedimentos adequados de rastreio ao encontrar populações vulneráveis, tais como durante rusgas, no momento da detenção, ou antes de iniciar a deportação.
- Desenvolver e estabelecer SOPs sobre o encaminhamento de vítimas de tráfico - distintos das vítimas de outros crimes - para cuidados apropriados e especializados e oferecer formação aos agentes governamentais sobre a sua utilização.
- Fortalecer os esforços para garantir que os agentes policiais não prendam, deportem ou punam as vítimas por atos ilegais que os traficantes as obrigaram a cometer.
- Aumentar os recursos para serviços de proteção às vítimas de tráfico e oferecer proativamente às vítimas do sexo masculino os mesmos serviços oferecidos às vítimas do sexo feminino.
- Implementar integralmente o PAN de luta contra o tráfico de 2022 e finalizar e financiar adequadamente a implementação do seu plano de ação alargado de 2022-2026.
- Melhorar a aplicação da lei a nível nacional e a recolha de dados de identificação de vítimas.
- Fazer rastreios de indicadores de tráfico entre trabalhadores Cubanos no exterior, incluindo profissionais médicos.

PROCESSOS DE ACUSAÇÃO

O governo aumentou moderadamente os esforços de aplicação da lei. Os artigos 163.º e 164.º do Código Penal tipificaram como crime todas as formas de tráficos de mão-de-obra e sexual e prescreveram penas de 8 a 20 anos de prisão, suficientemente severas e, em relação ao tráfico para exploração sexual, proporcionais às de outros crimes graves, tal como estupro. Embora alguns agentes da lei e autoridades judiciárias estivessem familiarizados com crimes de tráfico, era provável que as autoridades continuassem a classificar incorretamente alguns casos de tráfico como violações da imigração ou do trabalho. O governo recolheu dados sobre o tráfico, mas não foi totalmente abrangente. Em 2021, o Governo continuou a investigar dois casos de tráfico envolvendo três alegados autores do crime iniciados em períodos anteriores de relatório. O Governo informou que processou sete casos de tráfico, seis dos quais iniciados em períodos anteriores, envolvendo um total de 18 alegados autores. O único caso iniciado neste período de relatório — em Outubro de 2021 — envolveu cinco autores de crime, incluindo um agente da polícia do suco, processado por tráfico sexual de crianças; o caso estava pendente no final do período de relatório. Dos restantes seis processos, os tribunais indeferiram quatro por falta de provas, um estava pendente de julgamento e um resultou na condenação de dois traficantes de sexo infantil ao abrigo da Lei da Prevenção e Luta Contra o Tráfico de Pessoas. O tribunal condenou um dos traficantes a quatro anos de prisão e o outro a cinco anos de prisão. O governo obteve pela última vez uma condenação por tráfico em 2018. Durante o período anterior, o governo investigou quatro presumíveis autores de crime de tráfico sexual, mas não instaurou novas acusações nem condenou quaisquer traficantes. O governo reconheceu possíveis crimes de tráfico na indústria pesqueira nas águas costeiras de Timor-Leste e zona económica exclusiva a sul; no entanto, o governo não tinha as embarcações, formação e recursos humanos para patrulhar, inspecionar e interditar embarcações nas suas águas e investigar possíveis crimes de tráfico nessas embarcações.

As restrições relacionadas com a pandemia, incluindo o estado de emergência em vigor durante metade do período de relatório, impediram o governo de fornecer formações para o combate ao tráfico de seres humanos. O Provedor de Justiça e Direitos Humanos também realizou formações de socialização de luta contra o tráfico para as autoridades locais, comunidades e estudantes.

PROTEÇÃO

O governo melhorou moderadamente os esforços para identificar e proteger as vítimas. O governo identificou uma vítima de tráfico sexual de crianças timorense envolvida num processo penal em outubro de 2021; a Unidade de Pessoas Vulneráveis da Polícia Nacional e o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) ajudaram a vítima a regressar à sua família depois de ela ter solicitado o seu regresso e as duas instituições realizaram visitas regulares ao domicílio após o seu regresso. Em comparação, durante o período de relatório anterior, o governo identificou e ofereceu serviços de proteção a três vítimas de tráfico. Os agentes da imigração e da polícia continuaram a reportar o seu uso ad hoc de indicadores de tráfico baseados no Processo de Bali para identificar as vítimas; no entanto, pelo sétimo ano consecutivo, o governo não finalizou ou divulgou amplamente SOPs abrangentes do governo para identificação de vítimas. Embora os ministérios relevantes colaborassem para partilhar informações sobre as vítimas de tráfico, não houve um processo formal de encaminhamento; de um modo geral, as autoridades basearam o seu processo de encaminhamento no processo bem estabelecido utilizado para as vítimas de VBG, que não respondia às necessidades das vítimas de todas as formas de tráfico. Para abordar esta questão, em janeiro de 2022, o Ministério do Interior, em nome do governo, assinou um acordo de cooperação com uma organização internacional e alocou \$300,000 a essa para realizar formações sobre identificação e assistência de vítimas a agentes policiais e de imigração em 2022. A MSSI informou que manteve oficiais técnicos em cada um dos 13 municípios do país que continuaram a trabalhar em estreita colaboração com uma ONG para fornecer assistência às vítimas de VBG e tráfico, incluindo cuidados médicos e psicológicos, segurança e assistência legal. A MSSI não reportou quaisquer casos de tráfico à ONG; no entanto, a ONG informou que recebeu uma referência da vítima às autoridades durante o período de relatório. A MSSI informou que tinha \$10,000 disponíveis para fornecer às vítimas de tráfico durante o período de relatório, mas o governo não usou este financiamento. Apesar da disponibilidade de cuidados prestados às vítimas, a qualidade dos cuidados estava abaixo dos padrões internacionais e não respondia adequadamente às necessidades das vítimas de tráfico do sexo masculino. Além disso, o maior nível de cuidados estava disponível em Díli e noutras zonas urbanas dos diferentes municípios, uma vez que as infraestruturas e os recursos humanos limitados dificultavam o acesso das vítimas aos cuidados nas zonas rurais. O artigo 9.º da Lei da Prevenção e Luta Contra o Tráfico de Pessoas

permitiu às vítimas pedirem indemnizações por perdas e danos incorridos em consequência do crime de tráfico, mas nenhuma vítima recebeu tais benefícios durante o período de relatório. As políticas do governo permitiram às vítimas estrangeiras alternativas à sua remoção para países onde podem enfrentar dificuldades ou represálias; não forneceu essa assistência durante o período de relatório.

O governo implementou regulamentos e orientações sobre a Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de pessoas de 2017, que declarou que as vítimas de tráfico não devem ser detidas, acusadas ou julgadas por terem entrado ou residido ilegalmente em Timor-Leste nem por terem cometido crimes que os traficantes as obrigaram a cometer. Nem o governo nem os parceiros da sociedade civil relataram incidentes em que as autoridades penalizaram as vítimas de tráfico por atos ilícitos que os traficantes as obrigaram a cometer. No entanto, devido à falta de rastreio e identificação adequado de indicadores de tráfico, os agentes da imigração e da aplicação da lei podem ter detido ou deportado algumas vítimas de tráfico não identificados, incluindo durante rusgas de rotina a estabelecimentos conhecidos por sexo comercial. Autoridades policiais e ONG de assistência à vítima também relataram que os traficantes treinaram as vítimas para declarar que estavam voluntariamente em sexo comercial, o que as autoridades relataram ter dificultado a identificação das vítimas durante as rusgas. No entanto, as autoridades correram o risco de re-traumatizar algumas vítimas devido à falta de procedimentos de rastreio centrados nas vítimas.

PREVENÇÃO

O governo aumentou os esforços para evitar o tráfico. Em junho de 2021, o governo promulgou o Decreto-Lei n.º 9 que estabeleceu a Comissão de Combate ao Tráfico de Pessoas (KLATU), que era responsável pela coordenação dos esforços do governo para o combate ao tráfico e incluía um representante da sociedade civil para servir como membro. A KLATU reuniu-se cinco vezes desde a sua formação, durante a qual desenvolveu um plano para a criação de um Secretariado da Comissão e finalizou um PAN de luta contra o tráfico para 2022 que delineou as várias atividades e metas de luta contra o tráfico do governo para o ano; os agentes governamentais iniciaram a integração deste plano no PAN de luta contra o tráfico do Governo com duração de cinco anos para 2022-2026, o qual a KLATU continuou

a elaborar no final do período de relatório. O governo atribuiu \$475,000 a atividades de luta contra o tráfico no ano fiscal de 2022, uma parte das quais financiou a KLATU. O governo não realizou investigações para avaliar o problema do tráfico de pessoas no país, nem monitorizou sistematicamente os seus esforços para combater o tráfico. O governo não realizou uma campanha de sensibilização de luta contra o tráfico em todo o país, mas a Comissão do VIH/SIDA - sob o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão - incorporou questões de tráfico de seres humanos na socialização e consciencialização do VIH/SIDA para as comunidades locais em Díli e outros municípios. O governo não dispunha de uma linha direta de prevenção e luta contra o tráfico. Algumas agências governamentais utilizaram medidas de rastreio para lidar com práticas fraudulentas de recrutamento de mão-de-obra, mas as vulnerabilidades para os Timorenses que procuravam trabalho no estrangeiro permaneceram. O governo não fez esforços para reduzir a procura de atos sexuais comerciais.

PERFIL DE TRÁFICO

Como relatado nos últimos cinco anos, traficantes de seres humanos exploram vítimas domésticas e estrangeiras em Timor-Leste, e os traficantes exploram as vítimas de Timor-Leste no exterior. As más condições económicas e as oportunidades de educação limitadas criam vulnerabilidades de tráfico para os cidadãos Timorenses, em especial as mulheres e raparigas das zonas rurais; oportunidades económicas limitadas também criam vulnerabilidades de tráfico acrescidas para pessoas LGBTQI+. Os traficantes levam mulheres, raparigas, e ocasionalmente homens e rapazes jovens Timorenses das zonas rurais para a capital com a promessa de emprego ou educação e exploram-nos no tráfico sexual ou na servidão doméstica. Os traficantes exploram os homens Timorenses em trabalhos forçados na agricultura, construção e minérios. Alguns membros da família timorense colocam crianças em trabalhos domésticos e agrícolas em regime de servidão, principalmente em áreas rurais do país, mas também no estrangeiro, para pagar as dívidas familiares. Acredita-se que as comunidades afetadas pelo VIH/SIDA são vulneráveis ao tráfico. Os traficantes enganam mulheres e adolescentes com promessas de oportunidades de bolsas de estudo ou de emprego na Indonésia, na Malásia e noutros países da região; muitas vezes, os traficantes levam a vítima para um país diferente do prometido, retêm os seus passaportes, pagam-lhes pouco a nada, e obrigam-nas a trabalhar, incluindo a servidão doméstica.

Frequentemente, as vítimas Timorenses no estrangeiro transitam primeiro pela fronteira porosa com a Indonésia; alguns permanecem e são explorados na Indonésia. Algumas rotas utilizadas por contrabandistas ao longo da fronteira Indonésia-Timor-Leste são também possíveis rotas usadas por traficantes. Agentes da imigração e da polícia e representantes da sociedade civil relataram em 2020 e 2021 que o tráfico de vítimas estrangeiras através de pontos de entrada legais, tais como aeroportos, portos, e postos oficiais de fronteira terrestres, tinha provavelmente diminuído devido ao maior escrutínio por parte do governo sobre as pessoas que entraram no país devido a limitações relacionadas com a pandemia, a entrada de tanto Timorenses como de estrangeiros. Alguns contactos da sociedade civil acreditavam que os autores do tráfico de pessoas poderiam ter usado estas rotas informais devido ao aumento do escrutínio nos pontos de entrada legais. Traficantes sexuais em Timor-Leste têm como alvo mulheres estrangeiras do Leste Asiático e do Sudeste Asiático. Os traficantes transnacionais podem ser membros de sindicatos nacionais do crime organizado da Indonésia ou da República Popular da China (RPC), que fazem a rotação das vítimas estrangeiras de tráfico sexual dentro e fora do país durante o período de 30 dias de visto para evitar levantar suspeitas das autoridades policiais relativamente às violações de vistos. Os traficantes também recrutam mulheres Timorenses, enviam-nas para a RPC, Indonésia, ou Malásia, e forçam-nas a praticar sexo comercial. A polícia aceita subornos de estabelecimentos envolvidos no tráfico ou de traficantes que tentam atravessar fronteiras ilegalmente. Os traficantes exploram tripulações de pesca estrangeiras em trabalhos forçados em navios de bandeira estrangeira que atravessam as águas de Timor-Leste. Todos os anos, o governo Cubano envia milhares de trabalhadores, incluindo trabalhadores médicos, para todo o mundo ao abrigo de acordos de cooperação plurianuais negociados com os países recetores. Os observadores têm expressado sérias preocupações de exploração e trabalho forçado no âmbito do programa de exportação de trabalhador no exterior de Cuba; alguns eis participantes afirmam que o governo Cubano os coagiu a permanecer no programa. Havia aproximadamente 100 trabalhadores médicos cubanos em Timor-Leste em 2020; eles podem ter sido forçados a trabalhar pelo governo Cubano.